



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Previdenciário**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'K11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Um esforço comum é necessário à construção de ideais.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto seguinte.

**Na guerra dos provérbios**

Os provérbios – pitadas de sabedoria popular – brigam muito entre si. Podem ser inteiramente contraditórios. “Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém”, diz um, elogiando a sábia prudência. Mas outro diz: “Quem não arrisca não petisca”, louvando a ousadia corajosa. Num dicionário de provérbios, a coisa mais fácil é encontrar disparidades de julgamento. E o que significa essa falta de consenso?

Certamente não significa falta de sabedoria: os provérbios nascem de lições que ficam de experiências várias, vividas em sua verdade. Tudo está em saber o momento de aproveitá-los, de entender a situação a que cada um se ajusta, o momento em que um ganha plena validade. No conjunto, eles refletem situações díspares, vividas por personalidades distintas e em atendimento aos mais variados interesses.

Ao longo da vida, sentimos que muita coisa tem valor momentâneo. Os provérbios não fogem a essa realidade. Com o acúmulo de experiências, situações parecidas podem e devem ser enfrentadas de modo a aproveitar a particularidade de cada circunstância. A prudência de um velho pode não ficar bem num jovem, assim como o arroubo juvenil se casa mal com a velhice. Os provérbios, nas diferentes idades da História e de cada ser humano, sabem adequar-se às nossas necessidades. O mais difícil é equacionar uma específica necessidade com o modo próprio de atendê-la.

A cada momento cabe um provérbio justo. A nós, cabe uma escolha.

(Ermani Frutuoso da Veiga, inédito)

1. O título do texto ganha razão de ser ao longo dos argumentos do autor, e remete à ideia principal desenvolvida, qual seja: a de que os provérbios
  - (A) estabelecem entre si correspondências que reforçam uma mesma lição prática de sabedoria.
  - (B) contradizem-se tanto que acabam por impossibilitar a melhor lição que poderiam transmitir.
  - (C) espelham realidades distintas, razão pela qual um mesmo indivíduo não pode tirar deles pleno proveito.
  - (D) emergem de situações distintas, cabendo aproveitá-los segundo a particularidade de cada uma.
  - (E) nascem para ensinar a verdade que há nas contradições, negando-se a algum ensinamento direto.

---

2. São expressões que reforçam uma **mesma** qualificação essencial atribuída aos provérbios:
  - (A) *Podem ser inteiramente contraditórios / disparidades de julgamento.*
  - (B) *pitadas de sabedoria popular / brigam muito entre si.*
  - (C) *valor momentâneo / o acúmulo de experiências.*
  - (D) *sábia prudência / ousadia corajosa.*
  - (E) *falta de consenso / os provérbios nascem de lições.*

---

3. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Tem provérbios onde julgamos tirar o melhor proveito, embora não sirvam a outras situações.
  - (B) A cada provérbio que se aprende, notam-se que há neles uma verdade que depende de cada momento.
  - (C) Em todo provérbio, havendo sabedoria, a lição se ressaltará a nossos olhos, sabendo reconhecê-lo.
  - (D) Mesmo as situações mais anômalas propiciam a sabedoria que se encontram nos mais diversos provérbios.
  - (E) Na diversidade dos provérbios refletem-se momentos de sabedoria, espelhando-se uma multiplicidade de situações.

---

4. Ocorre construção na **voz passiva** e pleno atendimento às normas de **concordância verbal** na frase:
  - (A) A assimilação proveitosa dos provérbios ocorrem segundo cada situação a que se aplica, razão pela qual é preciso reconhecê-los em sua especificidade.
  - (B) A cada um de nós convém aproveitar as lições dos provérbios, por mais conflitos que hajam na relação entre eles, que os fazem parecer contraditórios.
  - (C) São tantas as personalidades humanas que aos provérbios cabem sempre refletir essa riqueza de temperamentos e decisões particulares.
  - (D) Cada provérbio se mantém inteiro em sua sabedoria, mas a nenhum deles se devem encarar como uma lição perene e universal.
  - (E) Guardam-se dos provérbios lições proveitosas, desde que se saiba aplicá-los segundo a especificidade das situações.



5. Os termos sublinhados são exemplos de uma **mesma função sintática** nesta frase de **redação inteiramente correta**:
- (A) Dos provérbios só tiram lições aqueles que sabem aproveitá-los.
  - (B) Que a nenhum de nós ocorram achar que os provérbios valem para todas as situações.
  - (C) O valor momentâneo dos provérbios costumam decorrer da diversidade de situações.
  - (D) Ilustrou-se no texto, a possibilidade de haver sentidos contrários entre provérbios.
  - (E) Aos mais sábios, um provérbio os oferece lições que não se esgotam em si mesmas.

Atenção: As questões de números 6 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[**Sobre a violência**]

*Num tempo como o nosso, de profundas violências, minha vocação é não me abrir ao outro, não lhe oferecer o espaço da minha liberdade para que assim possamos nos encontrar, na calorosa mutualidade do convívio. Não. Minha vocação é agora submeter o Outro, é pô-lo ao meu serviço. É conformá-lo ou deformá-lo, pouco importa, contanto que ele me sirva e eu o possa subjugar, no caso em que me resista. E passo a ser um violento porque me inocularam violência, simplificando-me e desrespeitando-me como pessoa. E passo a ser um pequeno predador, perdido na selva que me quer predar, e escolho para o meu projeto o culto da força.*

(Adaptado de: PELLEGRINO, Hélio. **Lucidez embriagada**. São Paulo, Planeta do Brasil 2004, p. 163-164)

6. A ideia de que a violência é, para o autor do texto, uma **vocação imposta** está presente no segmento
- (A) *pô-lo ao meu serviço.*
  - (B) *passo a ser um pequeno predador.*
  - (C) *me inocularam violência.*
  - (D) *contanto que ele me sirva.*
  - (E) *no caso em que me resista.*

7. Traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *não lhe oferecer o espaço da minha liberdade* = franquear-lhe meu poder de decisão.
- (B) *no caso em que me resista* = acaso venha a se confrontar.
- (C) *pô-lo ao meu serviço* = *trabalhá-lo para que se oprima.*
- (D) *na calorosa mutualidade do convívio* = na afetuosa reciprocidade da convivência.
- (E) *escolho para o meu projeto* = faculto um programa de ação.

8. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- (A) O Outro, à quem dificilmente nos abrimos, mereceriam mais atenção nossa.
- (B) A muitos parecem ser inútil resistir nos apelos da violência.
- (C) E eis-nos face à face de nossos semelhantes, aos quais nos tornamos predadores.
- (D) Na selva violenta, aonde a maioria de nós se perdem, cedemos à barbárie.
- (E) Ainda que o violento não se veja como mau, é ao mal que acaba por ceder.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

9. Três pessoas são suspeitas do furto de um celular: Alice, Bruno e Carlos. Sabe-se que, de fato, uma dessas pessoas cometeu o furto sozinha e, durante a investigação, suas alegações foram as seguintes:

Alice: Foi o Bruno que furtou o celular.

Bruno: Foi o Carlos que furtou o celular.

Carlos: O Bruno mente quando diz que fui eu que furtei o celular.

Se a alegação de Carlos é verdadeira, então pode-se concluir que Alice

- (A) mente, mas não é a autora do furto.
- (B) mente e é a autora do furto.
- (C) pode ou não estar mentindo, mas não é a autora do furto.
- (D) fala a verdade, mas pode ou não ser a autora do furto.
- (E) pode ou não estar mentindo e pode ou não ser a autora do furto.



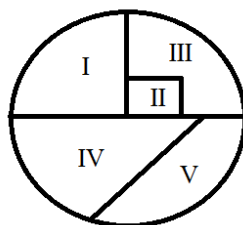
10. Três irmãs – Linda, Berenice e Sofia – são estudantes universitárias em três cursos distintos: Matemática, História e Direito, não necessariamente nessa ordem. Nas férias de verão, cada uma viajou para uma cidade diferente: Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Sabe-se que:

- Quem cursa História não foi a Salvador.
- Quem cursa Direito foi ao Rio de Janeiro.
- Berenice não cursa Direito.
- Sofia foi a Salvador.

Então, Linda estuda

- (A) História e foi ao Rio de Janeiro.
- (B) Matemática e foi a Salvador.
- (C) Direito e foi ao Rio de Janeiro.
- (D) História e foi a Porto Alegre.
- (E) Direito e foi a Porto Alegre.

11. A imagem abaixo representa um mapa com cinco regiões, que devem ser coloridas de modo que aquelas que fazem fronteira tenham cores distintas. As cores disponíveis para colorir tal mapa são: azul, vermelho, amarelo e verde.



Se a região I for colorida com azul e a região V for colorida com vermelho, então a região II poderá ser colorida APENAS com

- (A) verde.
- (B) vermelho.
- (C) amarelo.
- (D) verde ou amarelo.
- (E) amarelo ou azul.

### Noções de Informática

12. Considere a planilha abaixo elaborada no Excel do Microsoft Office 2013:

	A	B	C
1	Valor	Taxa Juros %	Valor Final
2	R\$ 15,00	2,50%	R\$ 15,38
3	R\$ 38,00	1,25%	R\$ 38,48
4	R\$ 43,00	3,00%	R\$ ?

Na célula C2 foi escrita a fórmula  $=A2*B2+A2$ . Após marcar a célula C2 e arrastá-la na vertical até a célula C4 pela alça de preenchimento, a fórmula e o resultado na célula C4 serão, respectivamente,

- (A)  $=A4*B4+C4$  e R\$ 45,58.
- (B)  $=C4*B4+C4$  e R\$ 45,62.
- (C)  $=A4*B4+A4$  e R\$ 44,29.
- (D)  $=C4*B4+A4$  e R\$ 44,33.
- (E)  $=B4*B4+C4$  e R\$ 44,29.



13. Considere a situação hipotética abaixo.

Utilizando o LibreOffice Writer, versão 5.2.1.2, em português, um funcionário da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP escreveu em um documento somente o seguinte texto:

O Homem é o que ele pensa. Eis o caráter de um Homem!

Em seguida, realizou uma operação que lhe forneceu a informação de que, nesse texto, havia 13 palavras, 53 caracteres incluindo espaços e 41 caracteres excluindo os espaços. Para obter essas informações, ele usou o menu

- (A) Exibir e, depois, a opção Contagem de palavras.
- (B) Ferramentas e, depois, a opção Contar documento.
- (C) Exibir e, depois, a opção Contar texto.
- (D) Ferramentas e, depois, a opção Contagem de palavras.
- (E) Exibir e, depois, a opção Contar caracteres.

14. Em uma situação hipotética, um funcionário da Secretaria de Estado da Gestão e Assistência dos Servidores (SEGEP) verificou que um tipo de código malicioso (*malware*) havia invadido e tornado inacessíveis os dados armazenados em seu equipamento porque tudo havia sido criptografado. O invasor exigiu pagamento de resgate para restabelecer o acesso.

Essa situação mostra a ocorrência do ataque cibernético de um *malware* conhecido por

- (A) *Spam*.
- (B) *Ransomware*.
- (C) *Trojan Spy*.
- (D) *Cookie*.
- (E) *Worm*.

#### Noções de Direito Constitucional

15. Suponha uma situação em que um brasileiro nato praticou crime de racismo, no Brasil, contra um estrangeiro. Algum tempo depois, é pedida a extradição desse brasileiro, para que ele seja julgado no país da vítima. Um argumento, em harmonia com as regras constitucionais, que pode, em tese, ser usado pelo brasileiro em questão para evitar a extradição é

- (A) a proibição de extradição de brasileiros natos, independentemente da natureza do crime.
- (B) a inaplicabilidade das regras sobre direitos fundamentais aos estrangeiros no Brasil.
- (C) a ocorrência de prescrição.
- (D) o pagamento de fiança no Brasil.
- (E) a falta de previsão da extradição no direito brasileiro.

16. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, considere:

- I. A Constituição Brasileira prevê o devido processo legal, com garantias de ampla defesa e contraditório, no tocante aos processos judiciais; já quanto aos processos administrativos, a Constituição somente exige pleno respeito a essas garantias nos processos contra servidores públicos pela prática de falta funcional.
- II. O direito fundamental à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação refere-se tanto aos processos judiciais quanto aos processos administrativos.
- III. O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos aplica-se apenas para finalidade de propositura de ações judiciais.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.



17. A Administração pública realizou concurso público, com validade de um ano, prorrogável por iguais períodos até o máximo de cinco anos, para o preenchimento de cargos públicos. Dois anos após a homologação do concurso e antes mesmo do preenchimento de todas as vagas previstas no edital, a Administração pública, sob o argumento de ter sido alterada a legislação que era cobrada na prova de conhecimentos daquele concurso, realizou outro concurso para os mesmos cargos, convocando os aprovados no segundo concurso com prioridade sobre os aprovados no primeiro. Em compensação, garantiu aos aprovados no primeiro concurso que restariam em lista de espera para o caso de novas vagas serem abertas, mesmo que além do prazo de cinco anos. Como se percebe, nessa situação a Administração cometeu muitos equívocos em relação ao que está previsto na Constituição. No entanto, a Administração não contrariou a Constituição ao
- (A) ter fixado o prazo de validade do primeiro concurso em um ano.
  - (B) ter convocado prioritariamente os aprovados no segundo concurso, que não podem ser prejudicados em sua boa-fé.
  - (C) entender que a alteração posterior da legislação, que foi cobrada na prova de conhecimentos de um concurso, prejudica a convocação dos candidatos aprovados.
  - (D) entender que possa haver lista de espera em concursos públicos, nos termos acima descritos.
  - (E) ter previsto as prorrogações do concurso até o máximo de cinco anos.

---

### Noções de Direito Administrativo

18. De uma rebelião em um presídio federal localizado em determinado município, resultaram mortos dois detentos e um agente penitenciário. Durante as apurações do ocorrido, foi constatada forte suspeita de que o agente penitenciário atuava como colaborador de um grupo pertencente à facção criminosa que deu início à rebelião. Diante desse cenário,
- (A) não haverá responsabilização dos entes públicos, tendo em vista que a rebelião pode ser equiparada a caso fortuito, sendo que o único agente público vitimado estava envolvido na causa da rebelião.
  - (B) caberá responsabilização da União Federal pelos danos morais e materiais causados em decorrência da morte dos detentos e do agente penitenciário, não sendo possível invocar a culpa da vítima como excludente de responsabilidade.
  - (C) poderá a União invocar como excludente de responsabilização a culpa da vítima, transferindo para o agente público, mediante regular processo administrativo disciplinar, a responsabilidade pelas eventuais indenizações cabíveis.
  - (D) responderá a União subjetivamente pelos danos decorrentes da morte das vítimas, uma vez que o serviço público em questão falhou na preservação da incolumidade dos detentos e daqueles que lá trabalham.
  - (E) tanto a União quanto o Município onde está instalada a unidade prisional respondem objetivamente pelos danos decorrentes da rebelião, materiais e morais, inclusive em favor dos familiares do agente penitenciário.
- 
19. Um particular requereu a expedição de licença para a realização de obras em seu estabelecimento comercial, cujo prazo de emissão está legalmente previsto para 30 dias a contar do pedido. Passados três meses do pedido, mesmo aduzindo ter entregue todos os documentos necessários, não recebeu resposta da Municipalidade, cogitando requerer judicialmente o documento. A Municipalidade
- (A) tem discricionariedade na emissão do documento, porque depende da análise de conveniência e oportunidade da reforma pretendida.
  - (B) tem o dever de emitir o documento, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para tanto, o que permite ao particular demandar judicialmente para exigir a licença.
  - (C) não se submete aos prazos legais para emissão da licença, tendo em vista que o princípio da legalidade pode ser excepcionado pelo princípio da eficiência.
  - (D) pode indeferir tacitamente o pedido de licença, por motivos de conveniência e oportunidade, não cabendo questionamento de mérito perante o Poder Judiciário.
  - (E) tem o dever de emitir a licença, pois, ainda que se trate de ato administrativo de natureza discricionária, o preenchimento dos requisitos legais confere direito subjetivo ao particular.
- 
20. A Municipalidade precisa providenciar a contratação de serviços de recuperação de um jardim existente num imóvel onde funciona um museu e cuja construção foi tombada pelo órgão estadual competente. Considerando que se pretenda que a execução do serviço se dê em prazo curto, a tempo da inauguração de uma importante exposição, a Municipalidade
- (A) pode realizar uma contratação emergencial, para a qual não se exige a realização de licitação prévia.
  - (B) deve realizar uma licitação, escolhendo a modalidade mais célere, independentemente da natureza da contratação, em razão da urgência e desde que seja observado o valor de mercado.
  - (C) pode realizar um pregão, em razão da celeridade do procedimento e porque os serviços podem ser objetivamente descritos, independentemente do valor da contratação.
  - (D) deve realizar pregão presencial, com exigência de amostra da cobertura vegetal que pretende utilizar, sendo vedada contratação direta em razão de se tratar de bem público dominical.
  - (E) pode licitar a contratação por meio de concorrência, que confere maior competição entre os interessados, reduzindo os prazos procedimentais para conclusão do certame, uma vez que se trata de contratação emergencial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Atenção:** Para responder às questões de números 21 a 23, considere a Lei Complementar nº 73/2004 que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.

21. Compõe o salário-contribuição dos servidores civis ativos

- (A) o risco de vida.
- (B) o adicional de insalubridade.
- (C) a gratificação pelo exercício de cargo em comissão.
- (D) o adicional de horas extras.
- (E) a gratificação de exercício em posto fiscal.

22. Considere:

- I. O período de carência para que os dependentes do segurado falecido percebam auxílio-funeral é de 24 meses.
- II. Filho solteiro de 20 anos de idade pode ser considerado dependente do segurado para efeito de fruição da assistência à saúde.
- III. A pensão por morte, devida aos dependentes do segurado, terá como marco inicial sempre a data do pedido, desde que este seja efetuado em até sessenta dias da data do óbito.
- IV. O auxílio-funeral não requerido prescreverá em seis meses a contar da data do óbito do segurado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

23. Dentre os princípios e as diretrizes a serem observados atinentes à Seguridade Social dos Servidores Estaduais, destaca-se

- (A) paridade, com obrigatoriedade de participação mediante contribuição.
- (B) revisão obrigatória dos benefícios com base em lei estadual específica.
- (C) gestão democrática, com participação de representantes do Estado e do servidor público estadual, sempre com, no mínimo, dois representantes dos servidores inativos.
- (D) obrigatoriedade de participação dos servidores no custeio do sistema, inclusive para assistência à saúde.
- (E) adoção de mecanismos de controle de utilização e de prevenção de desperdícios, como fatores moderadores do uso dos serviços de assistência à saúde.

**Atenção:** Para responder às questões de números 24 a 26, considere a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

24. Os gastos com pessoal nos entes federados NÃO poderão exceder

- (A) 50% da receita corrente líquida da União, Estados e Municípios, não se incluindo aí despesas decorrentes de incentivo à demissão voluntária.
- (B) 60% da receita corrente líquida da União, Estados e Municípios, incluindo aí despesas decorrentes de incentivo à demissão voluntária.
- (C) 50% da receita corrente bruta da União, Estados e Municípios, incluindo aí despesas decorrentes de incentivo à demissão voluntária.
- (D) 60% da receita corrente líquida de Estados e Municípios, não se incluindo aí despesas decorrentes de incentivo à demissão voluntária.
- (E) 60% da receita corrente bruta da União, Estados e Municípios, incluindo aí despesas decorrentes de incentivo à demissão voluntária.



25. O ato, por exemplo, de um prefeito que promova aumento de despesa com pessoal sem a indicação da fonte de custeio será
- (A) nulo, salvo se for editado em período superior a 180 dias antes do término do seu mandato.
  - (B) anulável, desde que editado em período não inferior a 90 dias do término do seu mandato.
  - (C) sempre eivado de nulidade, não importando o momento em que seja editado.
  - (D) nulo, salvo se for editado em período superior a 90 dias antes do término do seu mandato.
  - (E) sempre anulável, não importando o momento em que seja editado.
- 
26. NÃO se considera renúncia de receita
- (A) a isenção irrestrita.
  - (B) o subsídio.
  - (C) a anistia.
  - (D) o crédito presumido.
  - (E) a remissão.
- 
27. A respeito do tratamento conferido à saúde pelo ordenamento constitucional, considere:
- I. As ações e serviços públicos de saúde regem-se pelos princípios da centralização, que são competência da União Federal, e pela participação da comunidade.
  - II. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, desde que pratiquem a filantropia, ou não possuam fins lucrativos.
  - III. No caso da União, o investimento em saúde corresponderá sempre a um mínimo de 10% da receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro.
  - IV. É da competência do Sistema Único de Saúde fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) IV.
  - (C) I e II.
  - (D) II e IV.
  - (E) III.
- 
28. De acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de contribuições sociais. A respeito destas contribuições sociais, a CF estabelece como mínimo para sua exigência o prazo, contado da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, de
- (A) 90 dias, desde que dentro do mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a norma que as criou ou aumentou sua alíquota.
  - (B) 120 dias, desde que dentro do mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a norma que as criou ou aumentou sua alíquota.
  - (C) 180 dias, ainda que não no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a norma que as criou ou aumentou sua alíquota.
  - (D) 90 dias, ainda que não no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a norma que as criou ou aumentou sua alíquota.
  - (E) 120 dias, ainda que não no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a norma que as criou ou aumentou sua alíquota.
- 
29. Sobre o regramento da Previdência Social previsto na Constituição Federal de 1988, a aposentadoria no regime geral de previdência será assegurada aos
- (A) homens com 65 anos de idade e às mulheres com 60 anos de idade, tanto aos trabalhadores urbanos como rurais, eis que equiparados nos termos da CF.
  - (B) 25 anos de contribuição para a professora mulher que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
  - (C) 30 anos de contribuição para a professora mulher que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
  - (D) 30 anos de contribuição para a professora mulher que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, ou ainda no nível superior.
  - (E) homens com 65 anos de idade e às mulheres com 60 anos de idade, para trabalhadores urbanos, reduzindo-se em 5 anos no caso de trabalhadores rurais, desde que já exercessem as funções há pelo menos 10 anos no regime de economia familiar.





30. Sobre o financiamento da seguridade social, de acordo com o ordenamento constitucional, considere:
- I. A entidade privada deverá contribuir à seguridade social sobre valores pagos à pessoa física que lhe preste serviços exclusivamente na condição de empregado ou ainda na forma de pessoa jurídica, conforme legislação.
  - II. O lucro das empresas não pode constituir base de cálculo de contribuições sociais para financiamento da seguridade social, porque constitui parcela indenizatória.
  - III. A aposentadoria e pensão pagas sob o regime geral de previdência social não constituem base de incidência de contribuições sociais.
  - IV. O exportador de bens ou serviços ao exterior é considerado contribuinte para a seguridade social, tal qual a receita de concursos de prognósticos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
  - (B) II e IV.
  - (C) III.
  - (D) IV.
  - (E) I e II.
- 
31. Na próxima segunda-feira, haverá um leilão dos bens apreendidos pelo departamento responsável da Receita Federal. Nesse caso,
- (A) 40% do resultado desse leilão constitui receita da Seguridade Social, havendo específica previsão na Lei nº 8.212/91, neste sentido.
  - (B) do resultado desse leilão, nenhuma porcentagem constitui receita da Seguridade Social por ausência de legislação específica.
  - (C) 50% do resultado desse leilão constitui receita da Seguridade Social, havendo específica previsão na Lei nº 8.212/91, neste sentido.
  - (D) do resultado desse leilão, apenas 2% constitui receita da Seguridade Social, havendo específica previsão na Lei nº 8.213/91, neste sentido.
  - (E) 60% do resultado desse leilão constitui receita da Seguridade Social, havendo específica previsão na Lei nº 8.212/91, neste sentido.

- 
32. No que diz respeito à Assistência Social, prevista na CF de 1988, aos Estados e Distrito Federal
- (A) é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
  - (B) é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até um por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
  - (C) é facultado vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
  - (D) e Municípios é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
  - (E) e Municípios é facultado vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, permitida a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, posto que reverterem à assistência social.

- 
33. Considere:
- I. acesso universal e igualitário.
  - II. descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
  - III. universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.
  - IV. previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

De acordo com a Lei nº 8.212/91, a organização da Previdência Social obedecerá determinados princípios e diretrizes, entre eles os indicados APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.



34. Conforme a Portaria MPS 403 de 2008, a taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, limitada ao máximo
- (A) de 6% ao ano.
  - (B) de 12% ao ano.
  - (C) do índice IPCA do ano anterior.
  - (D) da média da taxa Selic do ano anterior.
  - (E) de 3% ao ano acrescida da TR.

35. Conforme previsão constitucional, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica. Segundo a legislação ordinária sobre seguridade social, ...**I**...% deste valor obtido e arrecadado reverterá à Seguridade Social, constituindo uma de suas fontes de receita. A mesma legislação prevê também que **II** % do resultado dos leilões de bens apreendidos pela Receita Federal constitui receita da Seguridade Social.

As lacunas **I** e **II** são, correta e respectivamente, preenchidas por

- (A) 30 – 50
  - (B) 50 – 40
  - (C) 50 – 50
  - (D) 40 – 40
  - (E) 50 – 60
36. Conforme a Lei nº 8.212 de 1991, NÃO haverá a descaracterização da condição de segurado especial na hipótese de
- (A) exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, independente do período desta exploração, porque nessa condição passará à condição de empresário.
  - (B) participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado, em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar, desde que nenhum membro do grupo familiar receba benefício assistencial do governo.
  - (C) associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural, desde que nenhum membro do grupo familiar receba benefício assistencial do governo.
  - (D) exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 dias ao ano.
  - (E) outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente, excluída a hipótese de economia familiar.

37. Com base na Lei nº 8.212 de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social,
- (A) o salário-maternidade integra o salário de contribuição, desde que pago em valor superior ao salário mínimo.
  - (B) as gorjetas, com exceção das espontâneas do cliente, integram o salário de contribuição do empregado.
  - (C) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional integram o salário de contribuição.
  - (D) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% da remuneração mensal, não integram o salário de contribuição.
  - (E) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa, não integra o salário de contribuição.

**Atenção:** Para responder às questões de números 38 a 40, considere a Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

38. São equiparados a acidente do trabalho para os efeitos nela contidos, o acidente sofrido pelo segurado
- (A) no local de trabalho, ainda que fora do expediente normal, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
  - (B) no local e horário de trabalho em consequência de desabamento, incêndio, inundação, salvo se ocorridos por caso fortuito ou força maior.
  - (C) ainda que fora do local e horário de trabalho, na execução de ordem ou na realização de serviço, independente da ciência do empregador.
  - (D) no local e no horário do trabalho, em consequência de ofensa física intencional, por motivo de disputa relacionada ao trabalho, salvo se praticada por terceiro estranho ao ambiente de trabalho.
  - (E) ainda que fora do local e horário de trabalho em viagem a serviço da empresa, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado.



39. Sobre os períodos de carência, considere:

- I. Apenas a pensão por morte e o salário-família são devidos sem observância de quaisquer períodos de carência.
- II. O período de carência do auxílio-doença será sempre de 12 contribuições mensais, independente da causa da doença.
- III. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado sem a exigência de qualquer período de carência.
- IV. A aposentadoria especial tem prazo de carência de 180 contribuições mensais.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

40. A proposta orçamentária da Previdência Social

- (A) não deverá ser encaminhada, devidamente detalhada, ao Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, tratando-se de atribuição conjunta do Tribunal de Contas da União e do Senado Federal.
- (B) deverá ser encaminhada, devidamente detalhada, ao Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, com antecedência mínima de seis meses do seu envio ao Congresso Nacional.
- (C) não deverá ser encaminhada, devidamente detalhada, ao Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, tratando-se de atribuição exclusiva do Tribunal de Contas da União.
- (D) deverá ser encaminhada, de forma genérica, ao Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, com antecedência mínima de três meses do seu envio ao Congresso Nacional.
- (E) deverá ser encaminhada, devidamente detalhada, ao Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, com antecedência mínima de dois meses do seu envio ao Congresso Nacional.

41. Camilo, segurado da Previdência Social, foi incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8213/91, Camilo

- (A) manterá a qualidade de segurado até 6 meses após o licenciamento, se houver no mínimo cento e vinte contribuições.
- (B) manterá a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 meses após o licenciamento.
- (C) manterá a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 6 meses após o licenciamento.
- (D) não manterá a qualidade de segurado, havendo expressa determinação legal neste sentido.
- (E) manterá a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 3 meses após o licenciamento.

42. Marina aposentou-se pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, mas permaneceu em atividade sujeita a este Regime. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.213/91, Marina, se empregada e enquadrada nas condições legais específicas, fará jus ao

- (A) salário-família e à reabilitação profissional.
- (B) auxílio-doença e salário-maternidade.
- (C) reabilitação profissional e auxílio-reclusão.
- (D) salário-família e auxílio-acidente.
- (E) auxílio-doença e auxílio-acidente.



43. Considere:

- I. realização de transferências compulsórias de recursos pela União.
- II. celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta.
- III. celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração indireta da União.
- IV. celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

O Ministério da Previdência e Assistência Social fornecerá aos órgãos ou entidades da Administração pública direta e indireta da União Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que atestará o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/98, pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em determinados casos, dentre eles, os indicados APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II e IV.

44. De acordo com a Lei nº 9.796/99, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante devido por cada um deles para o Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal. Nesses casos,

- (A) o INSS comunicará o total a ser desembolsado por cada regime de origem até o dia 31 de Dezembro de cada exercício financeiro.
- (B) o INSS comunicará o total a ser desembolsado por cada regime de origem até o dia quinze de cada mês, devendo os desembolsos ser feitos até o quinto dia útil do mês subsequente.
- (C) é vedado em qualquer hipótese, por absoluta impossibilidade legal, o parcelamento dos desembolsos em razão de compensação financeira.
- (D) os desembolsos pelos regimes de origem só serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no cálculo da compensação financeira devida de lado a lado e dos débitos pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.
- (E) os valores não desembolsados serão contabilizados como pagamentos não efetivos, devendo o INSS registrar semestralmente essas operações e informar a cada regime próprio de previdência de servidor público os valores a ele referentes.

45. Com relação ao período de carência do salário-maternidade, em caso de parto antecipado,

- (A) o período de carência legal será reduzido em 80% do número de contribuições necessárias, independentemente de quantos meses o parto foi antecipado.
- (B) não haverá redução do período de carência por expressa disposição legal.
- (C) não haverá qualquer influência, já que a concessão do benefício do salário-maternidade não está sujeito à carência, em qualquer hipótese.
- (D) o período de carência legal será reduzido em 50% do número de contribuições necessárias, independentemente de quantos meses o parto foi antecipado.
- (E) o período de carência legal será reduzido em número de contribuições equivalentes ao número de meses em que o parto foi antecipado.

46. Estabelece a Lei nº 8.213/1991, a instituição do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá dentre seus membros

- (A) nove representantes da sociedade civil, sendo cinco representantes dos trabalhadores em atividade.
- (B) nove representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos aposentados e pensionistas.
- (C) sete representantes da sociedade civil, sendo dois representantes dos empregadores.
- (D) sete representantes da sociedade civil, sendo quatro representantes dos trabalhadores em atividades.
- (E) onze representantes da sociedade civil, sendo quatro representantes dos aposentados e pensionistas.



47. Considere as hipóteses abaixo:

- I. Simone é estrangeira domiciliada e contratada no Brasil para trabalhar como empregada em sucursal de empresa nacional no exterior.
- II. Carla é servidora pública ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias ou Fundações Públicas Federais.
- III. Tábata explora atividades de extração mineral – garimpo, em caráter permanente por intermédio de preposto, sem o auxílio de empregados.

Nesses casos,

- (A) Simone, Carla e Tábata são seguradas obrigatórias da Previdência Social como contribuintes individuais.
- (B) apenas Tábata é segurada obrigatória da Previdência Social como contribuinte individual.
- (C) apenas Simone e Tábata são seguradas obrigatórias da Previdência Social como contribuintes individuais.
- (D) Simone, Carla e Tábata são seguradas facultativas da Previdência Social.
- (E) apenas Carla é segurada obrigatória da Previdência Social como contribuinte individual.

48. De acordo com a Lei nº 8.212/1991, o dirigente sindical, durante o exercício do mandato eletivo,

- (A) será enquadrado como segurado especial ou contribuinte individual, dependendo do disposto no estatuto do Sindicato competente.
- (B) será obrigatoriamente enquadrado como segurado especial.
- (C) mantém o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social – RGPS de antes da investidura.
- (D) será obrigatoriamente enquadrado como contribuinte individual.
- (E) só manterá o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social – RGPS de antes da investidura, se estiver enquadrado como segurado empregado.

49. Mauro foi processado e condenado pela prática de crime tipificado pela Legislação Penal brasileira, estando, neste momento, cumprindo pena de reclusão. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.213/91, Mauro manterá a qualidade de segurado,

- (A) independentemente de contribuições, até dezoito meses após o seu livramento.
- (B) somente se continuar a recolher as contribuições devidas de acordo com a qualidade de segurado anterior à reclusão.
- (C) independentemente de contribuições, até seis meses após o seu livramento.
- (D) independentemente de contribuições, até doze meses após o seu livramento.
- (E) somente enquanto estiver recluso e independentemente de contribuições.

50. Considere:

- I. a renda mensal inicial e a data de início do benefício.
- II. o percentual do tempo de serviço total do segurado correspondente ao tempo de contribuição no âmbito daquele regime de origem.
- III. o último salário do segurado ou rendimento mensal legalmente declarado.
- IV. identificação do segurado e, se for o caso, de seu dependente.

De acordo com a Lei nº 9.796/99, o Regime Geral de Previdência Social, como regime instituidor, tem direito de receber de cada regime de origem compensação financeira. Assim, deverá apresentar a cada regime de origem alguns dados referentes a cada benefício concedido com cômputo de tempo de contribuição no âmbito daquele regime de origem, dentre esses dados, os indicados APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II, III e IV.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 11: 11.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.8 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.9 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

*De uma população predominantemente jovem em um passado nem tão distante, observa-se hoje um contingente cada vez mais significativo de pessoas com 60 anos ou mais.*

*Envelhecer não significa necessariamente adoecer. Os avanços no campo da saúde e da tecnologia permitiram melhor qualidade de vida e capacidade de trabalho nessa fase. Buscam-se, assim, alternativas para que os cidadãos idosos se mantenham integrados e independentes.*

(Adaptado de: MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia e SILVA, Ana Lucia Andrade da Silva. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br))

Considere as ideias expostas acima e desenvolva um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	